

discursos do Fidel e do Raul Castro falando sobre como é difícil romper o racismo, mesmo tendo uma igualdade econômica muito maior.

P- A posição de defesa dessas políticas afirmativas tem um significado igual a instituir sistema de cotas nas universidades, ou são coisas diferentes?

R- São coisas diferentes. Existe uma série de políticas afirmativas dentro da sociedade. Políticas afirmativas dentro da universidade podem ser estabelecidas em muitos planos. Por exemplo: o plano do acesso. Dentro do acesso, você tem as cotas, ou reserva percentual de vagas. Você reserva 50% das vagas para estudantes vindos de escolas públicas, isso é um tipo de política. Um outro tipo de política, que é adotada em outras universidades é assim: o seu vestibular tem no máximo, ou aproximadamente 600 pontos, como o da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É dado 30 pontos a mais se o estudante for originário de escola pública, no ato da matrícula, é só mostrar o comprovante. São dados também mais 10 pontos, se além de escola pública, o aluno for negro. Isso dá cerca de 6% a 10%, dependendo da nota do curso. Então, é um bônus para quem tem uma defasagem de oportunidades, de início de corrida. Existe ainda um outro tipo de política afirmativa de acesso, em que a pessoa tira uma nota, onde é dado um percentual a mais naquela nota. Esse é o exemplo de Pernambuco, Rio Grande do Norte e a Universidade de São Paulo (USP). Existem também ações afirmativas de permanência, que não só econômicas. Eu vou falar de uma instituição privada, que eu acho que o nosso sindicato precisa discutir essa questão, que diz respeito a pessoas que entram por sistema de políticas de ação afirmativas, várias delas não consideram correto esse sistema, ou não têm uma compreensão desse sistema na universidade e na sociedade. Então existe um instituto em Porto Alegre – o Centro Universitário Metodista (IPA), que dá bolsas de permanência, que tem um convênio com o Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE). E a idéia é a seguinte: a pessoa que entra pelo vestibular normal tem direito a bolsa e deixa de pagar a mensalidade. Em compensação, ela é obrigada a assistir um curso de formação política, para discutir a importância social dessa isenção por ela ser negra. Eu não sei se é só o recorte racial ou tem de escola pública também. Isso adquire um aspecto de formação política, e que nem é discutido, porque as pessoas são contra os negros entrarem na universidade (são contra não), mas eu acho que a posição do ANDES hoje é conivente na prática com sistemas de entrada. Essa é minha grande crítica a posição do sindicato.

P- Na sua avaliação, o ANDES tem encaminhado satisfatoriamente a discussão sobre esse tema?



R- Eu diria que o ANDES tem encaminhado esse debate desde 2002, pelo menos, mas não de forma satisfatória. No Grupo de Trabalho (GT) de Etnias, durante muito tempo, a coordenação se opunha a essas questões (políticas de ação afirmativas). Então, levava as coisas com dificuldades para fazer o debate. E quando teve uma diretoria que se propunha a levar o debate, mesmo assim foi muito secundarizado o papel do GT. As reuniões nacionais do Grupo são colocadas, em geral, com pouca antecedência. São seminários decididos, como no ano passado, que não são realizados. A minha avaliação é porque existe resistência no ANDES à discussão da questão racial.

P- O senhor está falando que, na verdade, a direção do sindicato concorda com a atual forma de acesso à Universidade?

R- Não é a direção. Agora eu vou falar em termos do Congresso, que é o importante. A direção também, pois perdeu (na discussão da diretoria) por um voto a políticas de cotas, ou de acesso de indígenas, estudantes de escola públicas e negros. Na votação, a diretoria foi contra com um voto, mas foi contra. No Congresso foi por menos de 10%, aproximadamente. Sobre a posição do ANDES hoje, no que se refere ao acesso de negros e estudantes de escolas públicas, é pela ampliação em direção à universalização do ensino superior. Ao mesmo tempo, pela melhoria da educação básica, em particular o ensino médio e fundamental, nas áreas miseráveis, que exigem mais investimentos. Então, essa política de melhoria da educação básica é muito dependente dos governos federal, estadual e municipal. Então, nós temos em geral, pouco poder de fogo para mudar isso. Com relação à universalização, temos um pouco mais, mas não é muito grande também. Eu considero a posição do ANDES, mais de denunciar a forma de como o governo Lula tem feito a universalização e não exigir um aumento de vagas. Deveria, a meu ver, não ser contra o aumento de vagas, da forma como está sendo feito, por exemplo, sem professores

suficientes, mas, ele (sindicato) deveria exigir do governo que essa universalização tivesse professores suficientes e instalações adequadas e não dizer “esse governo é demagogo porque faz isso”. Acho que uma atitude politicamente mais avançada seria exigir coerência do governo, dando infraestrutura. É uma atitude que indis põe o ANDES desnecessariamente contra o professorado, que vê as universidades desaparecendo e contra o governo. Como essas duas coisas acontecem devagar, o aumento de vagas acontecerá devagar também. E o ANDES é contra as cotas e o aumento de vagas. A educação básica depende muito do governo, de muita verba e de mudança de prioridades. Essas coisas quase nunca acontecem na prática. Embora sejam defendidas essas coisas, na prática, como elas não se dão, o ANDES tem uma posição conivente com a infra-estrutura ou com o *status quo* da seleção universitária, que particularmente, nos cursos mais seletivos não tem quase estudantes pobres e negros e nos cursos menos seletivos, na maior parte não tem estudantes negros.

P-A seu ver, o ANDES estaria sendo conivente com o sistema discriminatório?

R- Eu acho isso. É uma posição de conivência por omissão. É a idéia de Martin Luther King, quando ele diz: “O que me assusta não é o grito dos maus e sim o silêncio dos bons”. Eu, considerando o ANDES como uma força progressista, ela está silenciosa perante mecanismos de acesso que carregam discriminação.

P- O senhor vê uma contradição entre os congressistas aderindo à Coordenação Nacional de Lutas e ao mesmo tempo, rejeitam essa proposta de políticas de ações afirmativas, com as cotas, que são referendadas por um documento da Conlutas?

R- Eu acho que existe, particularmente no meio universitário e dentro desse meio no ANDES, uma resistência a assumir a questão do negro.

P-Seria uma visão elitista?

R- Não. É uma questão de 'invisibi-

lizar' a discussão do racismo. Tem muita gente que não acredita que racismo gere desigualdade econômica. Tem várias pessoas dentro do ANDES que estou discutindo, que tem aquela visão que só depois que der universidade para todo mundo, é que vai resolver. Tem pessoas que não acreditam que há um percentual diferente de negros e brancos com ensino médio, porque a maioria é de escola pública, eles não acreditam e querem que mostre os dados. Tem muita desinformação. Na Conlutas isso é mais colocado e dentro do ANDES tem muito mais resistência. Isso está ligado a várias questões, por exemplo na Conlutas, o PSTU, que definiu a favor de cotas, tem mais peso do que no ANDES, por exemplo. Isso é uma questão relevante. Movimentos negros têm mais peso dentro da Conlutas, do que no ANDES, pois não existem professores negros. Praticamente eles são uma coisa extremamente reduzida, talvez menos de 5%. Não há dados confiáveis. Inclusive, o ANDES está se colocando contra recensear os seus sindicalizados. Fui derrotado no meu grupo e será discutido nessa plenária de agora, se vai querer fazer um levantamento entre os professores da sua base para saber qual é a “cor” da sua base. Então, você veja, tem resistência profunda a questão racial, dentro do ANDES. Na Conlutas a resistência é menor. Eu acho que o ANDES vai levar essa resistência para dentro da Conlutas e eu não sei o que vai acontecer.

Correção:

Na edição de março do Jornal da SEDUFSM, devido a um problema de impressão, a resposta à última pergunta feita ao professor Roberto Leher, nas págs. 08 e 09 (Com a palavra) foi cortada. A seguir publicamos novamente:

Pergunta- Que tipo de limitações (na atuação da Conlutas)?

Resposta Leher- Particularmente, muitas vezes, a Conlutas se constituiu diante de uma perspectiva muito endógena, de que quem está na Conlutas são os bons, quem está fora não é tão bom assim, o que não é realidade. Então, o ANDES tem diálogo com a assembléia popular, com a intersindical, com os fóruns em defesa da previdência social, com os fóruns em defesa da universidade pública, com o movimento sem-terra. É uma rede de interlocuções que pode dar força e capacidade para o sindicato dentro da Conlutas, quebrar essa visão histórica. Exclusivamente dentro da coordenação, nós podemos ter lutas significativas. A forma da coordenação ajuda a dar organização. E a partir desse novo modelo nós podemos dar passos adiante na luta pela mudança no padrão de acumulação e, em especial, na luta da universidade pública.

“Há conivência ao racismo por omissão”